

Acumulação de Capital e Aumento do Emprego Fabril: possíveis relações com a dinâmica da pobreza.

Gabriel Rodrigues da Silva¹
Marcelo Dornelis Carvalhal²

RESUMO

A inserção no mercado de trabalho, na sociedade do capital, representa a inclusão nos circuitos do capital, possibilitando inserir-se na esfera do consumo. Para o capital o consumo representa a fuga de processos de pobreza, ou seja, obter poder de compra dos meios de subsistência para conseguir uma vida digna.

A pobreza aqui caracterizada terá como parâmetro as definições do Programa Bolsa Família do Governo Federal que caracteriza como pessoa pobre o indivíduo que faz parte de uma família que tem renda *per capita* de até R\$120,00 e indivíduos de extrema pobreza com renda *per capita* de até R\$60,00. Esta é uma análise que considera a renda como elemento que propicia o acesso às condições que minimizem o processo de pobreza.

O mercado de trabalho analisado sob a ciência geográfica deve ser contemplado no sentido de procurar compreender os processos pelos quais há um incremento de trabalho formal em determinadas localidades, expressando fluxos de capitais e força de trabalho. Este incremento pode ser determinado pela oferta de mão de obra barata, isenção fiscal, matéria-prima, e também a falta de representação sindical. No caso do Oeste do Paraná observa-se a forte expansão do trabalho formal, principalmente pela implantação de plantas produtivas de frigoríficos de aves/suínos.

Esta pesquisa procura compreender a dinâmica espacial do trabalho fabril em algumas cidades do Oeste do Paraná, e o modo como esta dinâmica se apresenta em relação a (re)produção da pobreza, portanto expressando-se na incapacidade do sistema capitalista de criar condições mínimas para sustentação digna da família, demonstrando a espacialização da pobreza e sua ligação peculiar com a ordem do capital.

INTRODUÇÃO

A pesquisa apresenta como elemento central de discussão, estudo sobre a dinâmica espacial da relação entre o incremento do emprego fabril e as condições de pobreza em alguns municípios do Oeste Paranaense, procurando compreender quais os impactos deste aumento nas condições de renda e conseqüentemente da pobreza.

Aparentemente o emprego fabril apresenta menores índices de informalidade e precarização do que em outros setores, porém isso não significa que os postos de trabalho tenham salários dignos e que a precarização não esteja presente. A precarização do trabalho fabril se apresenta muitas vezes com formas de difícil de percepção, como por exemplo, a

¹ Mestrando em Geografia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná, membro dos Grupos de Pesquisa Centro de Estudos de Geografia do Trabalho – CEGET/Unesp – FCT e do Laboratório da Geografia das Lutas no Campo e na Cidade – GEOLUTAS/Unioeste – MCR.

² Professor da Graduação e da Pós-Graduação, nível Mestrado da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, membro dos Grupos de Pesquisa Centro de Estudos de Geografia do Trabalho – CEGET/Unesp – FCT e do Laboratório da Geografia das Lutas no Campo e na Cidade – GEOLUTAS/Unioeste – MCR.

insalubridade presente no local de trabalho, necessitando de equipamentos adequados para o desempenho do trabalho, sendo em muitas vezes não respeitado pelas empresas. Outra forma bastante presente é a alta carga horária imposta pela empresa, principalmente através da chamada “hora extra” representando maior exploração da força de trabalho dos trabalhadores.

Apesar da escassez do debate sobre pobreza e trabalho na Geografia, esta temática apresenta relevância por se tratar de questionamentos que são candentes na sociedade brasileira, como por exemplo, a relação entre a pobreza e o processo de acumulação capitalista, visto a incapacidade estrutural do sistema de (re)produção do capital em propiciar melhores condições de vida para os trabalhadores, bem como questões pertinentes ao mundo do trabalho, ou seja, na relação metabólica do homem com a natureza, mediada pelo trabalho, que resulta em processos de espacialização de suas ações, concretizadas na divisão social do trabalho.

Assim, como explicita Moreira (2001) que “deve-se entender o mundo do trabalho em geografia em escala de dois níveis: a relação metabólica do homem com o meio natural e a relação espacial do homem com a sociedade”. Dessa forma, apreciar a pobreza numa relação inerente com o trabalho e o capital na Geografia é fazer uma análise da espacialidade do homem (sociedade) – no caso, territorialidade da pobreza.

Para estudar a pobreza, é necessário estudar os sujeitos da transformação da sociedade, enquanto agentes das relações sociais de produção. Estes agentes podem ser considerados os trabalhadores, enquanto produtores de riquezas, e os capitalistas enquanto exploradores do trabalho excedente e, portanto, acumuladores de riqueza. A ordem de reprodução sociometabólica do capital é ampla e apresenta nuances de difícil percepção. O capital tem o domínio das forças de trabalho na sociedade, apoiado principalmente pelo Estado, que legitima e protege os meios de produção, e a propriedade privada capitalista, coagindo os indivíduos desterrados e sem capital a se sujeitarem à venda da força de trabalho.

O processo histórico que originou o atual sistema do capital tem um período relativamente curto comparado com outros sistemas que já estiveram presentes na sociedade, porém o capitalismo avançou rapidamente. Este avanço e crescimento têm um preço, o seu descontrole, conforme Mészáros (2002) “o preço a ser pago por esse incomensurável dinamismo totalizador é, paradoxalmente, a *perda de controle* sobre os processos de tomada de decisão” (*grifo do autor*).

Assim, uma das expressões do descontrole capitalista é o avanço da miséria e da pobreza. Pobreza esta relacionada à possibilidade das pessoas em conseguir renda para adentrarem nos circuitos do capital, ou seja, da produção, circulação e consumo, portanto numa relação peculiar com o trabalho, pois é através da venda da força de trabalho que as pessoas conseguem renda e adentram no circuito do consumo. Portanto tomando como ponto central de análise da pobreza, pobre – para o capital – é o indivíduo que não consegue adentrar nos circuitos do capitalismo, ou seja, não consegue adquirir meios para sua subsistência da vida numa relação direta com a venda da força de trabalho, adquirindo renda, e pela compra dos meios necessários para sustentação da vida, alimentação, saúde, educação, moradia, etc. Dessa forma há uma intrínseca ligação do trabalho com a pobreza, sendo o emprego o elemento chave para conseguir renda.

Analisar alguns conceitos de pobreza se faz necessário, sendo um processo social que está ao mesmo tempo no senso comum da sociedade, mas que necessita de estudos aprofundados para suas delimitações e características. Não podemos prender nossas

atenções a expressões que apenas consideram formas de pobreza que passam pelos circuitos do capital, ou seja, pela reprodução ampliada do capital, que tem na expressão fundante da lógica capitalista: a renda, e que posteriormente passa pelo lucro e por fim na máxima da acumulação de capital. Há outras formas de considerar a pobreza como, por exemplo, condições culturais e regionais que especificam categorias de pobreza locais que podem não passar pela relação mercadológica do capital e da renda.

Anseia-se compreender a questão da pobreza na sociedade contemporânea principalmente com uma análise geográfica, que passa pelo crivo de questões relacionadas à espacialidade deste fenômeno, numa relação do homem com a natureza permeado pelo trabalho, mas também numa relação da sociedade com suas próprias (re)produções, ou seja, o Estado, as instituições, a propriedade privada, etc.

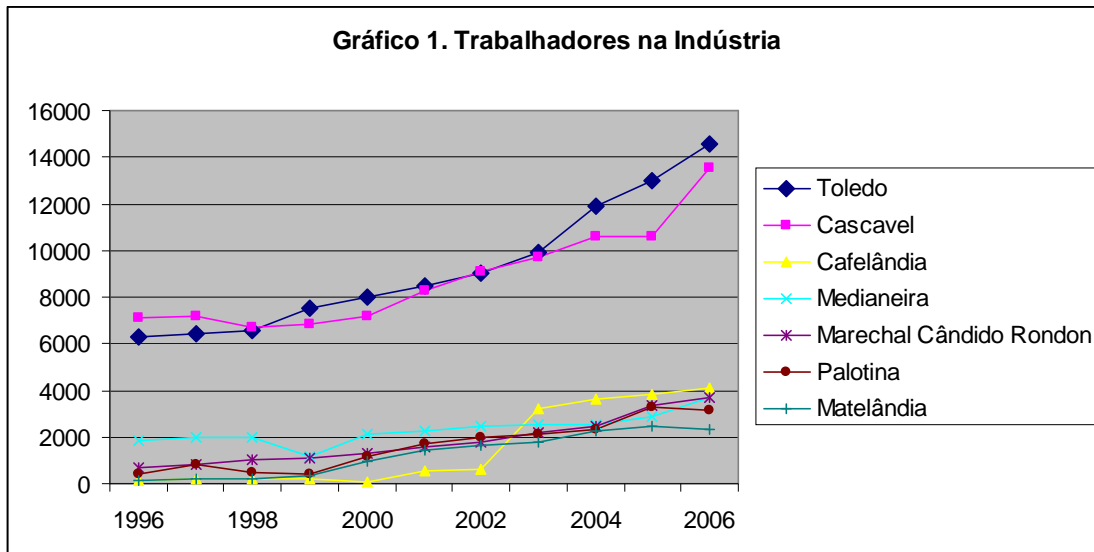
A condição de pobreza para o capital é a relação da renda com o mercado e a possibilidade das pessoas adentrarem nos circuitos do capital, principalmente do consumo, dessa forma os indivíduos necessitam vender sua força de trabalho para auferirem renda e comprar os meios necessários para dar sustentação à vida, portanto o mercado de trabalho possibilita a oportunidade de adentrar nos circuitos do capital.

Para o capitalista, que busca incessantemente a acumulação de capital, o fator força de trabalho como mercadoria para acumulação torna-se importante, sendo um aspecto para reprodução ampliada do capital, ocorrendo processos de mobilidade territorial da força de trabalho, visto que o capital busca melhores formas de exploração bem como de acumulação. Assim o mercado de trabalho fabril na região Oeste do Paraná vai se expressar em processos que implicam na territorialização-desterritorialização-reterritorialização (t-d-r) do capital, e também da força de trabalho, visto o aumento da oferta do trabalho fabril formal na região.

No caso de Marechal Cândido Rondon houve um acréscimo importante no mercado de trabalho formal, Carvalhal (2007) salienta que no período de 2000 a 2004 ocorreu um incremento significativo do emprego formal, passando de 6.756 empregos em 2000 para 9.097 em 2004, sendo que o setor de atividade que mais recebeu este incremento foi o setor de indústrias de transformação, o autor mostra que a evolução percentual deste incremento neste setor foi de 132,46 % entre os anos de 1999 e 2004.

Na região em que Marechal C. Rondon está inserida, também apresenta cidades com incremento de trabalho fabril relevante.

Gráfico 1. Trabalhadores na Indústria



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – RAIS (Relação Anual de Informações Sociais). <http://www.mte.gov.br>

Neste gráfico notamos o grande crescimento do trabalho industrial, principalmente a partir do ano 2000, representado principalmente pelas indústrias alimentícias ligadas aos frigoríficos de suínos e de aves. Este aumento do emprego industrial representa impactos profundos na economia local, engendradas pelas forças de acumulação do capital e expansão deste modelo de acumulação.

A questão que estamos investigando é a relação da pobreza com o aumento do trabalho industrial, nos municípios que apresentaram forte incremento do trabalho fabril na região Oeste entre 2000 e 2006 (Toledo, Cascavel, Cafelândia, Medianeira, Marechal Cândido Rondon, Palotina e Matelândia). Portanto, buscamos compreender a espacialização da pobreza e do trabalho através do território, em que à especialização produtiva coadunam-se as formas complexas da pobreza na sociedade.

A análise comparativa desses municípios da região oeste paranaense nos possibilitará uma compreensão da mobilidade territorial do capital e da força de trabalho, bem como se o processo de industrialização modifica a estrutura de pobreza das cidades pesquisadas.

Pobreza e sua relação com a renda

Neste estudo que contempla questões referentes à pobreza na sociedade, é pertinente explicitarmos algumas considerações sobre este fenômeno e principalmente nossa análise sobre questões relacionadas à pobreza. Uma das principais problemáticas é conceituar pobreza e caracterizar os indivíduos e/ou uma sociedade pobre, podemos ter diversos conceitos de pobreza, partindo de vários pressupostos e pontos de referência. Porém nossa análise de pobreza é baseada no Programa Bolsa Família do Governo Federal que considera as pessoas pobres aquelas que estão inseridas em família e que possuem renda *per capita* de até R\$120,00³. Esta consideração de pobreza passa pela mediação da renda, ou seja, nas

³Fonte: www.mds.gov.br

possibilidades das pessoas em adquirir bens de consumo que possam melhorar a qualidade de vida.

Considera-se esta análise de pobreza passando pela relação mercadológica das pessoas em adquirir (consumir) os meios de subsistir a vida e, portanto em conseguir renda, pois buscamos compreender a relação entre o mercado de trabalho, e, portanto nas condições diretas dos trabalhadores em adentrarem no circuito da venda da força de trabalho auferindo renda e posteriormente na realização do consumo. Desse modo é esta dinâmica de pobreza que buscamos compreender, e esta dinâmica é a forma que as relações capitalistas consideram de pobreza, para o capital, pobre é o indivíduo que não se realiza enquanto consumidor, o capitalismo não contempla formas que podem contribuir para sair das condições de pobreza, como por exemplo, ações coletivas de construção de moradias, melhorias da qualidade do bairro, ou mesmo no meio rural como cultivo de alimentos para auto-consumo.

Nesta relação da pobreza com a dinâmica da renda familiar, estudos mostram as formas de mensurar e caracterizar pobreza a partir do elemento renda.

Assim, nestes estudos consideram dois aspectos importantes concernentes ao tema, pobreza relativa e pobreza absoluta. Pobreza relativa e absoluta remete ao desenvolvimento das forças produtivas, social e economicamente. Sendo que segundo Rocha (2006, p. 11) pobreza absoluta “está estreitamente vinculada às questões de sobrevivência física; portanto ao não atendimento das necessidades vinculadas ao mínimo vital”. Contemplando ainda que a pobreza relativa é aquela que as

necessidades a serem satisfeitas em função do modo de vida predominante na sociedade em questão, o que significa incorporar a redução das desigualdades de meios entre indivíduos como objetivo social (Rocha, 2006, p. 11).

No atual estágio da sociedade as trocas mercantis estabeleceram um alto grau de complexidade contemplando o acesso às necessidades pessoais e sociais, via relação monetizada, portanto a renda torna-se elemento central para atendimento das necessidades da vida, sendo a renda um elemento importante, é preciso estabelecer o valor básico para atender as necessidades básicas de uma pessoa em uma determinada população e sociedade.

Desse modo contemplamos em nosso a análise da condição de pobreza a partir dos diferenciais de renda, ou seja, procuramos tecer alguns conhecimentos da pobreza a partir do Programa Bolsa Família, que mensura a população pobre a partir da renda familiar.

Mercado de Trabalho e Geografia

O mercado de trabalho em Geografia deve ser compreendido em termos da movimentação de capital e força de trabalho, ou seja, processos pelos quais há um intenso deslocamento de plantas produtivas para outras áreas, por motivos de maior produção e acumulação de capital, ou por fatores que contribuem para a fixação de indústrias em determinadas regiões e/ou cidades, incluindo neste fator mão-de-obra barata, isenção fiscal, a inexpressiva representação sindical, ou regiões dotadas de matérias primas. Este processo de deslocamento e fixação de indústrias em determinadas áreas tem como aporte o procedimento de territorialização – desterritorialização – reterritorialização de capital, desdobrando também na mobilidade do trabalho.

Esta fixação de indústrias seja em sua criação ou deslocamento para outras localidades, implica em condições que atuam diretamente na sociedade e na produção do espaço. O espaço capitalista que se desenvolve, apresenta elemento importante que é o seu desenvolvimento desigual, conforme Carvalho (2007, p. 78)

a divisão territorial do trabalho ensejada pelo capital está articulada tanto à necessidade expansiva do capital, quanto à geografia própria do capital, isso significa que ao expandir reproduz as desigualdades espaciais, com valorização em alguns lugares e desvalorização em outros

Assim, esta análise nos permite refletir que a mobilidade do trabalho, praticada pelo capital reproduz o desenvolvimento desigual espacial, ou seja, determinadas localidades vão oferecer melhores condições de fixação da força de trabalho, fazendo com que estas localidades ofereçam melhores formas para reprodução da família.

Desse modo, implica investigar os motivos pelos quais, o capital se move no espaço, desdobrando em diversos fatores, tanto espaciais como sociais. Este movimento do capital em se deslocar no espaço, representa novas formas de acumulação. David Harvey (2006) refletindo sobre a teoria da acumulação em Marx, contempla que

a teoria marxista começa com a dinâmica da acumulação, e, dessa análise, procura deduzir certas necessidades com respeito às estruturas geográficas. A paisagem criada pelo capitalismo também é vista como lugar da contradição e da tensão, e não como expressão do equilíbrio harmonioso (Harvey, 2006, p. 55).

Uma das formas de expressar este lugar da contradição é a expansão da pobreza, principalmente onde há acumulação crescente de capital, pois esta acumulação tende a ser desigual e concentrada. Desta forma o modo de acumulação de capital demonstra sua real face, ou seja, sua tendência em ser concentrado, possibilitando espaços diversos, com maior ou menor nível de desenvolvimento, materializando-se no avanço das condições sociais de pobreza.

A estrutura geográfica em que Harvey (2006) comenta, é relativo às necessidades do capital para sua expansão, considerando algumas características importantes de reflexão, tais como, estruturas de circulação de mercadorias eficientes contemplando formas de fruição da mercadoria, seja no transporte, seja no consumo, possibilitando expansão numa escala geográfica mais ampla. Esta circulação engloba meios de transporte e de comunicação, não apenas com boas condições estruturais, mas principalmente em redução de custos para que atinja uma escala geográfica expansível. Esta expansão de transporte e circulação de mercadorias, atingindo seu ponto principal no consumo é representado pelo o que Marx já conceituava como Mercado Mundial

Todo este conjunto de desenvolvimento e acumulação do capital deve ser aprofundado, permitindo discussões com maior consistência sobre os motivos pelos quais certas regiões apresentam maior acumulação de capital. Importante considerar também as discussões sobre as contradições presentes neste modo de acumulação, principalmente referente à espacialização da pobreza na sociedade capitalista, é neste conjunto de reflexões que esta pesquisa apresenta seu elemento central de discussão. Como a dinâmica do mercado de trabalho influencia nas condições de pobreza da sociedade, tomando como base

a relação capital X trabalho atrelado diretamente com a dimensão da pobreza, sendo esta uma relação direta com a renda familiar.

OBJETIVOS

Os objetivos que permeiam esta pesquisa consiste em compreender a relação da pobreza com a dinâmica espacial do trabalho industrial na mesorregião oeste paranaense, considerando os municípios com maior incremento do trabalho fabril, propiciando fazer um debate sobre a pobreza na sociedade e os processos de aumento do mercado de trabalho fabril e seu reflexo, chamando a geografia para refletir sobre estas análises.

É pertinente também buscar a compreensão das expressões da pobreza, seus conceitos e perspectivas diante da sociedade do capital, visto a complexidade do fenômeno da pobreza. Tomando como formas de análises, por exemplo, a consideração do Estado⁴ que avalia a pobreza e sua estreita relação com a renda, ou seja, com o poder de compra dos trabalhadores e inserindo a pobreza na lógica do capital, de que o consumo e o mercado sejam os responsáveis por reger a vida dos trabalhadores.

Analisar de forma objetiva as políticas sociais de combate à pobreza, principalmente o Programa Bolsa Família, suas eficiências em relação ao aumento do poder de compra daqueles que recebem o auxílio do programa, bem como as limitações do programa em relação à erradicação da pobreza, pois é uma ação paliativa e focalizado não atuando no cerne do processo de (re)produção da pobreza, no caso no modo como o sistema social e econômica está alicerçado, na produção e no acúmulo de capitais para os dominantes do processo e exploração dos dominados, no caso os trabalhadores.

Compreender a territorialização da pobreza como elemento da própria territorialidade capitalista, analisando os efeitos do desenvolvimento local para a dinâmica territorial da pobreza, no caso o incremento do trabalho fabril em algumas cidades da região Oeste do Paraná. E também os efeitos da expansão capitalista e da divisão territorial do trabalho na territorialização da pobreza.

CONSIDERAÇÕES

Portanto esta pesquisa consiste em compreender a dinâmica espacial do trabalho fabril em algumas cidades da mesorregião oeste do Paraná, bem como o processo pelo qual concretizou a acumulação de capital nesta região do estado e como este modelo de acumulação e dinâmica espacial do trabalho se apresenta em relação a (re)produção da pobreza enquanto processo social construído no bojo do desenvolvimento contraditório capitalista, portanto se expressando na incapacidade do sistema capitalista de criar condições mínimas para sustentação digna da família, demonstrando a espacialização da pobreza e sua ligação peculiar com a ordem sociometabólica do capital, em particular no processo de controle e subordinação do trabalho aos princípios acumulativos do capital.

O estudo dos processos que permitiram e que permitem a instalação das indústrias em algumas cidades do Oeste do Paraná, quais as medidas adotadas pelo capital para fixação de tais indústrias no Oeste paranaense, sendo importante ponderar sobre os efeitos e

⁴ Considerações de instituições como o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) e o Programa Bolsa Família.

desdobramentos para dinâmica territorial do trabalho, principalmente na mobilidade do capital e do trabalho.

Dessa maneira a Geografia representa uma importante ciência que propicia a compreensão da pobreza e da acumulação capitalista do mercado de trabalho, salientando sua dimensão e concretização na dinâmica territorial, juntamente com os processos de (re)produção capitalista, sendo o trabalho elemento central para entendimento dos processos sociais numa relação entre a pobreza-trabalho-capital.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2007. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/>>. Acesso em: 05 de Fev. 07;

MOREIRA, Ruy. “As novas noções do mundo (geográfico) do trabalho” In: **Ciência Geográfica**, ano VII, n.20, Bauru/SP: AGB/Bauru, 2001;

ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho. Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo**. São Paulo: Boitempo, 2000;

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999;

BOITO JR, Armando. **Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1999;

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista. A degradação do trabalho no século XX**. Rio de Janeiro/RJ:Guanabara, 1987;

CARVALHAL, Marcelo Dornelis. **A dimensão territorializante da qualificação profissional em São Paulo: a ação dos sindicatos**. Tese de Doutorado, Presidente Prudente/SP: UNESP/Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2003;

CARVALHAL, Marcelo Dornelis. “O emprego em Marechal Cândido Rondon/PR na dinâmica geográfica do capital”. In: **Pegada**, Vol. O, n. 1, Presidente Prudente: CEGeT, 2007;

CASTRO, Josué de. **Geografia da Fome: O dilema Brasileiro: Pão ou aço**. 10º Ed. Rio de Janeiro: Antares, 1987;

HARVEY, David. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume, 2006;

LEGUIZAMÓN, Sonia Alvarez (org.) **Trabajo y producción de la pobreza en Latinoamérica y el Caribe**. Buenos Aires: CLACSO. 2005;

LESSA, C., SALM, C., SOARES, L. T. & DAIN, S. Pobreza e Política Social: Exclusão no Anos 90. In: **PRAGA, Estudos Marxistas**, São Paulo/SP: Editora Hucitec, nº3, 1997, p. 63-87;

MÉSZÁROS, István **Para além do capital**. São Paulo/SP: Boitempo, 2002;

MOREIRA, Ruy. “As novas noções do mundo (geográfico) do trabalho” In: **Ciência Geográfica**, ano VII, n.20, Bauru/SP: AGB/Bauru, 2001;

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2007. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/>>. Acesso em: 05 de Fev. 07;

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DO EMPREGO

POCHMANN, M. **O Emprego na Globalização, a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu.** São Paulo: Boitempo, 2001;

ROCHA, Sonia. **Pobreza no Brasil.** Afinal, de que se trata? 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006;

SALAMA, Pierre. **Pobreza e exploração do trabalho na América Latina.** São Paulo/SP: Boitempo, 1999;

SINGER, Paul. **Globalização e desemprego: diagnósticos e alternativas.** São Paulo: Contexto, 1998;

THOMAZ Jr. Antonio. **Por trás dos canaviais, os “nós” da cana: a relação capitalXtrabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista.** São Paulo: Annablume, 2002;

THOMAZ Jr., Antonio, CARVALHAL, Marcelo Dornelis., CARVALHAL, Terezinha Brumatti (Org.) **Geografia e Trabalho no século XXI. vol. 1.** Santa Cruz do Rio Pardo: Editora Viena, 2006.